DESTINO OU ESCOLHA?¹ NARRATIVAS E MEMÓRIAS ACERCA DO TRABALHO A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS INTERGERACIONAIS DE DOMÉSTICAS EM PORTO ALEGRE/RS

Luísa M. S. Dantas²

O trabalho doméstico, ou “dentro de casa”, é majoritariamente desempenhado por mulheres (Poeschl, 2000). No contexto brasileiro, esse “saber-fazer” (Certeau, 1994) voltou-se comumente às escravas negras e/ou mulheres pobres, que exerciam não apenas a cozimento de alimentos, a limpeza das casas e a lavagem e passagem de roupas, como também, se comportavam como “babás” das patroas e de suas filhas, as dando banho, as vestindo, penteando e as acompanhando em aparições públicas. Além disso, “sendo mulher, seja criança, jovem ou adulta, há uma espécie de naturalização de seu papel como prestadora de serviços (por vezes não só domésticos, mas até sexuais), desde a infância até a velhice” (Motta-Maués, 2006: 12).

Contudo, com a chegada da “modernidade”, oriunda da Revolução Francesa (final do século XVIII) envolta com os valores de cidadania, direitos e indivíduo, a abolição da escravidão no Brasil (1888), bem como, o desenvolvimento industrial e o crescimento das cidades. O trabalho e/ou serviço doméstico vem passando por várias transformações, ainda que continue remetido predominantemente à esfera feminina, atualmente há uma maior fiscalização em relação à proibição do trabalho infantil³ e grande incentivo do Estado ao extermínio de modalidades de trabalho doméstico informal, ou seja, o exercício da atividade doméstica sem a assinatura da carteira de trabalho, e mesmo a especialização de suas profissionais, quais sejam: faxineiras, cozinheiras, passadeiras, babás e acompanhantes.

Entretanto, diferentemente de outras formas de trabalho, a atividade doméstica se dá no interior das casas das famílias, em espaços de intimidade (Corbin, 1997), em que ainda que se tenha uma tendência da “família moderna” em expulsar os “elementos desiguais” do seio familiar, com um sentimento crescente de “privacidade” ligado à idéia do “doce lar” (Ariès, 1981), a presença dessas mulheres persiste no cotidiano

¹ O título desse trabalho é uma provocação a respeito de como mulheres domésticas refletem sobre si mesmas a respeito de suas ocupações; já que a aparente dicotomia entre “destino” e “escolha” é manifestada em suas narrativas enquanto motivação necessária para a constituição de suas trajetórias sociais e de trabalho.

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

³ Desde 1891 o trabalho infantil foi proibido, desde então surgiram várias leis para garantir tal proibição, culminando com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.

dessas moradias e devido, muitas vezes, a longos anos de convívio, desenvolvem-se sentimentos de afeto nos processos de socialização entre “empregadas” e membros das famílias, que mesmo traçando trajetórias imbuídas de dramas e conflitos, geram relações ambíguas, em que as empregadas sentem-se e são tratadas como agregadas das famílias e, portanto, devido à gratidão e mesmo ao sentimento de pertencimento às famílias, acabam por não regularizarem seus trabalhos ou operarem em uma “linguagem de direitos” (Shuch, 2009).

Importante lembrar, que grande parte das mulheres que desempenham a função de “domésticas” na capital são oriundas de localidades pequenas do Estado, em que “a cidade faz um contraste profundo com a vida da cidade pequena e a vida rural no que se refere aos fundamentos sensoriais da vida psíquica” (Simmel, 1967 [1902]: 14).

Desse modo, a partir de uma abordagem antropológica, esse trabalho, fundamentado em meus primeiros dados de campo da pesquisa de doutorado⁴, tem como enfoque diferentes configurações do trabalho e/ou serviço doméstico em contexto urbano, decorrentes de transformações nos estilos de vida, que geram novas formas de organização⁵ das atividades domésticas, encontradas atualmente em Porto Alegre/RS. Através das trajetórias sociais e de trabalho, dos projetos de vida e da sociabilidade de domésticas de diferentes gerações, pretendemos evidenciar os distintos vínculos decorrentes de tal prática, assim como, as formas de organização do trabalho e do tempo, chamando atenção para os conflitos e contradições vividos em seus cotidianos.

Pautando-se na autonomia do indivíduo para escolher o seu modo de vida, em que as normas e valores são utilizados de acordo com a racionalidade do agente social em situações sociais concretas (Fry, 2011: 5) é que utilizo a técnica das redes sociais (Bott, 1976; Lomnitz, 2001; Foote Whyte, 2006) que gera um potencial interpretativo e analítico da dinâmica relacional, construída a partir de eventos vividos em campo, que falam de experiências concretas do viver contemporâneo (Eckert e Rocha, 2011), já que para compreender o evento particular, é necessário vê-lo em sua relação com o padrão da vida cotidiana (Foote Whyte, 2006: 20). Então, buscando minhas redes pessoais, também acionei “domésticas” nessa fase inicial da pesquisa, para que com a densidade

⁴ Ingressei no doutorado na turma de 2012 e os dados aqui analisados foram decorrentes de pesquisa de campo referente ao primeiro semestre de 2013.

⁵ Ver ECKERT e ROCHA, 2013.

da rede traçada, esta seja não apenas uma técnica, mas um grande potencial analítico de desvendamento das tramas desse mundo doméstico, repleto de trabalho e afeto.

A rede estudada nesse artigo formou-se pelos mediadores e interlocutoras com quem estabeleci contato fora do Sindicato dos empregados domésticos⁶ e que tive a oportunidade de entrevistá-las em minha casa ou na casa em que moram, com o consentimento da publicação de suas imagens. A construção das trajetórias se deu através da reflexão biográfica dessas personagens permitindo que identifiquemos valores, idéias, representações e as suas condições históricas, além da maneira que isso influencia na transformação das práticas ao longo do tempo.

Ela é composta por Maria, que trabalha na casa de Cecília, colega de trabalho de meu namorado, que ao comentar que eu estava realizando uma pesquisa com empregadas domésticas, sugeriu que eu conhecesse Maria, que trabalha em sua casa há 12 anos. A segunda interlocutora, Patrícia, conheci por meio semelhante, através de outra colega do Augusto, dessa vez, Ruth.

Já com Telma, tive contato através de uma colega do programa de pós-graduação em antropologia social, a Juliana. Ela faz faxina semanalmente na casa dessa colega, que ao saber de minha pesquisa através de uma mensagem via *facebook* que enviei para meus amigos que moram em Porto Alegre, disse que Telma “*tinha muitas histórias*”, por isso achava que ela iria gostar de participar da pesquisa por “*se sentir valorizada*”. Desse modo, liguei para Telma, que concordou imediatamente em participar.

Marina eu conheci por meio do Gustavo, um amigo que fiz durante o trabalho que realizei em um bar da cidade. Do mesmo modo, após algumas conversas e minha mensagem *online*, ele me falou que Marina era sua *mãe preta*, pois o tinha criado, complementando que chega a duvidar que o amor que ele sente por Marina seja maior que o que sente pela mãe biológica. Marina reside com os pais e irmãos de Gustavo e está na sua família há quatro gerações. Nossa entrevista foi realizada em minha casa.

Portanto, a rede foi formada pela mediação dos “patrões” das personagens para que eu as conhecesse; além dessa rede, a etnografia também está sendo realizada em outros espaços em que a interação com as interlocutoras está se dando de modo diverso. Posteriormente, serão analisadas as diferentes formas de inserção em campo e

⁶ Isto porque estou realizando pesquisa de campo no Sindicato dos Empregados Domésticos, em que está sendo formada outra rede de ingresso e interação de pesquisa.

problematizados os diferentes trajetos que compõe os dados dessa pesquisa de doutorado.

1. As “salvadoras” dos lares – Rede Social

2. Dados das protagonistas:

<i>Nomes</i>	MARIA	PATRÍCIA	TELMA	MARINA
<i>Idade</i>	30	28	59	61
<i>Cidade de origem</i>	Roque Gonzales	Santo Ângelo	Quitéria – Quinto Distrito De São Jerônimo	Rosário Do Sul
<i>Anos em porto alegre</i>	12	4	38	APROX. 40
<i>Escolaridade</i>	Ensino Superior Incompleto	Ensino Médio – Curso Técnico	Ensino Fundamental incompleto - 4ª série	Ensino Fundamental Incompleto
<i>Endereço</i>	Rua República (Próximo ao Pão Dos Pobres) – Apto Alugado	Rua Vital Brasil, 20 – Jardim Itu-Sabará (Casa da patroa)	Alvorada – Casa doada pelo irmão	Rua Monroy, 67, 204 – Casa da patroa
<i>Estado civil</i>	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira
<i>Filhos</i>	Não	Não	Sim – 3	Não
<i>Configuração atual de trabalho</i>	Mensalista – na Mesma casa há 12 anos	Mensalista, diarista e acompanhante	Diarista	Agregada

2.1 Maria: “Eu faço uma coisa que eu gosto, que eu realmente gosto, que eu acredito que eu sei fazer e faço porque gosto!”

Maria tem 30 anos, nasceu em São Luiz Gonzaga, mas foi criada na cidade de Roque Gonzáles, na “região das Missões”⁷ do estado do Rio Grande do Sul. Ao completar o Ensino Médio, com 18 anos, ouviu um anúncio de emprego em um programa de rádio que buscava alguém para cuidar das crianças e realizar as tarefas domésticas da casa de uma senhora em São Luiz Gonzaga. Como ela estava fazendo aulas de direção em tal local, decidiu ir atrás do emprego sem comentar nada com seus pais. Ao chegar na casa da senhora, descobriu que a vaga já tinha sido preenchida, mas dona Augusta pediu que ela deixasse um número de telefone para entrar em contato caso precisasse. Após alguns dias, a mãe de Maria, que trabalhava em uma empresa de confecção de roupas recebeu o telefonema de dona Augusta e buscou explicações com a filha. Maria ficou surpresa, pois já não esperava algum contato com dona Augusta e explicou à mãe o acontecido. Na residência da família não havia telefone.

Assim, Maria ligou para Dona Augusta, que foi pessoalmente à cidade de Roque Gonzáles conversar com os pais de Maria e explicar que o emprego era na casa de sua filha Cecília, em Porto Alegre. Maria ficou bastante animada, pois já conhecia a capital em visita a uma tia materna e *“desde a primeira vez que eu vim pra Porto Alegre, acho que eu tinha uns 15 anos, eu gostei muito da cidade! Eu sempre gostei muito dessa cidade!”*. Desse modo, após a aprovação dos pais de Maria e ela ter conversado com Cecília por telefone, embarcou para Porto Alegre, aquela altura com 18 anos de idade.

Desde que chegou ao emprego, sua carteira de trabalho foi assinada, seu INSS pago e ela desempenha todas as atividades domésticas da casa como mensalista. Explica que a família de Cecília é composta por cinco pessoas, ela, o marido e três filhos e que, quando chegou, o filho mais novo tinha somente 4 anos, o que fez com que ela estabelecesse um maior vínculo afetivo com ele após os 12 anos que trabalha para a família. As outras filhas são mais velhas e atualmente têm vinte e poucos anos. Com o passar dos anos trabalhando na casa, sua rotina de trabalho também foi se modificando.

⁷ A Região das Missões é localizada no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, é composta por 46 municípios e possui esse nome por terem sido edificadas, entre os séculos XVII e XVIII, as reduções jesuíticas dos Guaranis, chamadas Missões. Ver em http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_das_Miss%C3%B5es. Acesso em: 16/05/2013, às 18h22.

Nos primeiros anos, Maria morou na casa dos patrões, lavava roupas, passava, cozinha, fazia faxina, arrumava a casa, ia a supermercados e feiras, além de deixar e pegar o menino na creche, pegar uma das meninas na escola, acompanhá-los a cursos e brincar com eles na área de lazer do edifício. Em relação à remuneração por jornada de trabalho ela salienta que a relação com Cecília sempre foi baseada em *confiança* recíproca e esclarece:

Nunca teve aquela coisa assim de, ‘ah, tu tem que trabalhar tantas horas, ou tu vai receber um pagamento por horas’. Não, nunca teve isso. Até porque quando eu morava lá, então, se eu fosse contar por trabalhar por hora... (risos) Ia receber 24h! É, porque eu ficava o tempo todo, então, não. A gente, assim, eu morava lá, tinha, eu podia sair também, tinham horários assim, eu podia sair, eu podia sair de noite (Maria, 22/01/2013).

Após os primeiros anos no emprego, Maria começou a achar que tinha muito tempo livre durante o período noturno e comunicou aos patrões que procuraria um curso para fazer, com a aprovação deles. Então fez um curso para comissária de bordo, mas não chegou a exercer tal atividade. Nesse momento, com o incentivo do patrão, resolveu fazer um curso de preparação para o vestibular, tendo aprovação apenas em uma instituição privada, que não tinha renda para pagar. No outro ano, passou na UFRGS⁸ no curso de Engenharia Cartográfica, mas seu desempenho foi um “horror” segundo ela.

Nesse período também conheceu o namorado, que morava no mesmo prédio da patroa, e decidiu abandonar a universidade, sem que ninguém soubesse, e passar as horas do curso na companhia do namorado. Após alguns meses, foi morar com ele, já em outro apartamento, mas próximo ao antigo, *“e também não informei a ninguém que eu tava fazendo isso, eu só fui saindo aos poucos, eu nunca fiz muito alarde, assim, ‘olha, pessoal, eu tô saindo, mas eu vou continuar trabalhando aqui’.* Não, eu dormia umas noites lá, outras cá, eu fui adaptando a casa”.

Posteriormente, Maria prestou novamente o vestibular na UFRGS, tendo êxito para o curso de Geografia, o qual está prestes a se formar. Durante os 12 anos que está em Porto Alegre continua trabalhando como mensalista na casa de Cecília, ainda que já tenha trabalhado como secretária em uma clínica durante um mês, sem o conhecimento da patroa. Em relação ao trabalho, as relações com os patrões e mesmo seu projeto de vida para após a conclusão do curso de Geografia, ela argumenta: *“A gente vai fazer*

⁸ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

uma comparação, eu faço de vez em quando, eu vou dar aula, se eu fosse dar aula pro município, eu vou ganhar um salário, vou ganhar a mesma quantia que eu ganho aqui, trabalhando o triplo!”.

Maria narra que nunca recebeu muita cobrança dos patrões e que gosta do trabalho por atualmente não ter uma rotina rígida de atividades e horários, exemplificando que na casa de Cecília ela precisa preparar o almoço e lavar e passar o uniforme do filho mais novo diariamente, pois se isso estiver feito, pode realizar outras tarefas em dias e horários flexíveis. Além disso, *“também tenho essa liberdade de dar uns gritos de vez em quando lá, naquela coisa de, enquanto tiver educando, tá tudo bem”*, por isso, ela se considera ter sido uma educadora e/ou orientadora dos filhos da patroa. E finaliza:

Bah, eu tenho capacidade pra trabalhar num lugar, onde eu ganhe mais’, e tudo mais, aquela coisa assim. Eu sei disso assim, porque eu não me considero uma pessoa burra, bem pelo contrário, uma pessoa bem capaz e inteligente! Mas, aí eu penso assim, ‘putz, mas eu faço uma coisa que eu gosto, que eu realmente gosto, que eu acredito realmente que eu sei fazer e faço porque gosto!’ E aí eu vou trabalhar numa outra coisa pra eu ficar... E uma das coisas que eu mais gosto de trabalhar ali, é que além de ter toda a flexibilidade de horário e aquela coisa ali, eu trabalho sozinha! É aquela coisa assim que, ah, não tem, não tem muita conversa, não tem, não tem (Maria, 22/01/2013).

2.2 Patrícia: “Logo que eu cheguei a Ester disse assim, ‘lá em casa não é CTG⁹ pra ter patrão, então lá tu não vai ser empregada e eu não vou ser tua patroa, nós somos uma família!”

Patrícia tem 28 anos, mora em Porto Alegre, na casa de Ruth, desde 2009, quando foi contratada para auxiliar a mãe idosa de Ruth e realizar as atividades domésticas da casa, como: lavar, passar, cozinhar e faxinar. Ela também é originária da região das Missões, da cidade de Santo Ângelo e ao narrar suas lembranças sobre a infância, diz que por ser a filha mais velha foi recaída nela grande responsabilidade com os afazeres domésticos da casa, que aprendeu com a mãe, e com o cuidado dos irmãos mais novos, o primeiro tendo nascido quando ela já tinha 7 anos de idade. Por isso, diz que as brincadeiras e o ócio comum à infância não foi vivenciado por ela.

Aos 14 anos, com o nascimento do irmão mais novo, ela precisou interromper os estudos e assumir o emprego de doméstica da mãe. Quando sua mãe retornou, a família empregadora ofereceu a Patrícia um emprego de balconista na farmácia em que era proprietária; que ela significou como uma grande oportunidade, já que *“entre trabalhar*

⁹ Centro de Tradição Gaúcha.

de doméstica e trabalhar atendendo numa farmácia, é outra coisa. No caso, numa cidade daquele tamanho, e a mentalidade que eu tinha, era uma coisa de outro mundo!”. Contudo, após algum tempo a farmácia foi vendida e Patrícia despedida. Ao procurar emprego em outras farmácias se defrontou com o empecilho de sua baixa escolaridade e decidiu voltar a estudar, mesmo com a grande resistência do pai, que a proibia de estudar no período noturno, pois não seria coisa de “moça direita”. Então, após dois anos de estudo, Patrícia conseguiu terminar o ensino médio.

Durante esse período, ela trabalhou realizando faxinas até se fixar em um emprego mensal, com carteira assinada, trabalhando de babá de uma menino de 4 anos. No entanto, com o projeto de tornar-se enfermeira e conhecer novos lugares e pessoas, Patrícia mudou-se para Porto Alegre há quatro anos, indo morar na casa de uma tia materna. Com 10 dias em Porto Alegre, Ruth, que trabalha no mesmo local da tia de Patrícia, perguntou se a primeira não teria alguém para indicá-la para dar auxílio à sua mãe; então, ela fez a proposta à Patrícia, que aceitou de imediato e em menos de um mês mudou-se para a casa de Ruth.

Ao chegar na casa, Patrícia diz que foi recebida “como uma filha”, que assina sua carteira de trabalho como autônoma, dividindo o pagamento do INSS com Ruth e que apesar de realizar as atividades domésticas, não se considera, nem é considerada pelos membros da casa, como uma empregada doméstica, *“todo mundo aqui que me conhece aqui, ela é minha mãe”*. Patrícia diz ter autonomia para decidir sobre a alimentação e a disposição dos móveis da casa, além de possuir um quarto, onde já mobiliou com cama box, guarda-roupa, TV e computador comprados por ela. Além disso, ela realiza trabalhos fora do ambiente da casa como acompanhante de uma senhora, com quem trabalha em finais de semana alternados; e faxina às sextas-feiras na casa de um colega de trabalho de Ruth.

Sem esquecer do projeto de vida inicial, atualmente Patrícia está cursando o segundo semestre do curso técnico de enfermagem e quando se formar, pretende atuar na profissão, ter uma casa própria, casar e ter um filho. No entanto, salienta:

Eu, pra mim sair daqui, por exemplo, ou depois que eu terminar o meu curso, que daí eu vou trabalhar na área que eu quero, caso contrário, eu vou sair daqui pra ganhar mais do que eu ganho hoje! Porque se for pra mim sair daqui pra, por exemplo, sair às 6 da manhã de casa, ou às 5, pra pegar um ônibus, pra ir trabalhar, pra trabalhar o dia todo, pegar ônibus e voltar pra casa, pra ganhar o mesmo que eu ganho, não me compensa! Então eu fico aqui, que eu tenho mais conforto, o meu horário é bem flexível! Então assim, não tem que cumprir aquela, aquela regra todos

os dias, pra ganhar a mesma coisa! Então, fico em casa, que nem eu digo, fico em casa, fazendo o que eu já faço! (Patrícia, 23/01/2013).

O fato de ser remunerada pelo serviço que presta, não interfere no sentimento de pertença que Patrícia alega ter à família de Ruth; ela explica que atualmente as pessoas precisam *confiar* bastante em alguém para trabalharem dentro de suas residências. Uma de suas irmãs está morando com ela na casa de Ruth e para salientar ainda mais o caráter afetivo de sua relação com Ruth, comenta:

Logo que eu cheguei aqui sempre quem pagava as minhas unhas, essas coisas pra mim, tudo era ela, como uma mãe paga pra um filho. Só que depois eu comecei a ganhar um pouco mais e ter esses outros trabalhos por fora, daí eu pensei, ‘pô, é sacanagem eu ficar sempre dependendo’; não digo que eu não goste que tu pague pra mim, só que chega uma hora que eu acho que a gente tem que se tocar e ver que, ‘pô, é demais!’. Aí eu procuro, pago a minha, às vezes, eu pago pra ela também, então, não fico, como diz o outro, só na rampa, só esperando! Tem que dar uma dividida, às vezes. Quando a gente vai, por exemplo, no cinema, daí cada uma paga o seu ingresso, se eu não tenho, ela paga pra mim; daí depois a gente vai fazer um lanche, daí ou eu pago, ou ela paga, ou a gente divide (Patrícia, 23/03/2013).

Fotos 1, 2 e 3: Casa de Ruth, 2013– Fotografia: Luísa Dantas

Fotos 4,5 e 6: Cozinha organizada pro Patrícia, 2013 – Fotografia: Luísa Dantas.

Fotos 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14: Patrícia em seu quarto, 2013 – Fotografia: Luísa Dantas.

Fotos 15, 16, 17, 18, 19 e 20: Mural de Patrícia, 2013 - Fotografia: Luísa Dantas.

1.3 Telma: *É, diarista, mas assim ó, não é assim só pra limpar, do que precisarem pra mim fazer, eu faço! Eu sabendo fazer, eu faço!*

Telma nasceu em Quitéria, quinto distrito de São Jerônimo, no estado do Rio Grande do Sul. Sua família se sustentava com as plantações na roça, por isso, ela diz: “*eu não acho pesado fazer uma faxina numa casa! Porque eu aprendi a trabalhar no pesado! E no sol, caminhava longe!*”. Ela explica que pela sua certidão de nascimento tem 59 anos, mas que desconfia da precisão de tal idade, já que no interior as pessoas teriam o costume de registrar seus filhos “já grandes”. Veio morar em Porto Alegre em 1975, portanto já reside na cidade há 38 anos, para trabalhar como copeira na casa de um médico que conhecia sua família por ter fazenda no interior. Telma explica que nessa casa era tratada “quase como da família” e foi lá que aprendeu a realizar as tarefas domésticas:

Nessa casa aí que eu trabalhei 7 anos, então, foi ali que eu aprendi muita coisa, sabe, foi ali que ela me ensinou tudo que eu sei! Até, com as crianças. Me ensinou a passar roupa, que a gente passava lá fora, mas era aquele ferro que tu tinha que botar carvão dentro, e aqui era elétrico. Então, tudo eu aprendi, eu aprendi a cozinhar, a cozinhar a gente sabia porque a mãe ensinou a gente, mas era a comida lá de fora, né, que era o arroz, o feijão, a batata doce, o aipim, a abobrinha, então, aqui era, massa, era a gente que fazia! Então, eu aprendi, tudo que eu sei eu aprendi aqui! Até pra limpar uma casa eu aprendi aqui (Porto Alegre) ! Porque eu aprendi vendo a faxineira dela fazer; porque lá fora a faxina era outra, porque a nossa casa era de barro! Era chão, era chão batido. Tu tinha que molhar, pra poder bater, pra não levantar muito pó. Então, era tudo diferente, então, tudo eu aprendi aqui com elas! (Telma, 28/01/2013).

Após esse período, Telma decidiu alugar uma peça¹⁰ no Bonfim, mesmo bairro em que morou com os patrões e começou a trabalhar em uma creche. Passados dois anos a escola fechou, ela trabalhou em outra por quatro anos e após essas duas experiências, retornou ao trabalho doméstico remunerado, não mais como mensalista, mas desde então realizando a limpeza de edifícios e na modalidade de diarista, “*as pessoas me viam, eu limpando o prédio, ‘tu faz faxina?’ . Eu pensei, ‘eu vou começar a fazer!’ . Não tem mistério nenhum, é limpar, né! ‘Não faço, mas vou começar a fazer!’ . Foram passando umas pras outras*”. Ainda que não se restrinja a realização de faxina, pois também cozinha, passa, lava, passeia com cachorros, vai a bancos e o que mais for demandada durante o período de 8h às 17h em que permanece na casa de seus empregadores cobrando o valor de 70 a 100 reais.

Quando conheceu o pai de seus filhos, mudou-se com ele para uma peça na vila Bom Jesus; após o nascimento do primeiro filho Rogério, o relacionamento acabou e ele voltou a morar com a mãe. Contudo, em um de seus encontros, quando o menino já estava com 5 anos, Telma engravidou de Karla. Passados mais cinco anos, ela teve outro relacionamento amoroso e gerou Bernardo. Atualmente, seus filhos tem 27, 22 e 17 anos e Telma já é avó de 5 crianças, três de Rogério e duas de Karla. Há 16 anos mora em Alvorada, em uma casa própria doada por um irmão.

Ela narra que apesar de ter passado por várias dificuldades para sobreviver, sendo vítima de preconceito em alguns empregos por ser uma mulher negra, “*se chegava visita lá, ela (uma das empregadoras) fechava a porta dos fundos, eu não podia passar pra lá, ela pedia pra eu fazer cafezinho, mas eu não podia ir lá levar, ou, sabe, me senti... Mas o que que é isso, né?*”. Nunca precisou deixar os filhos com ninguém e a relação que

¹⁰ Compartimento de casas e/ou prédios alugados pelos proprietários a outras pessoas.

estabeleceu com seus empregadores permitiu que: *“roupa pra mim e pros meus filhos, eu não compro! Eu ganho. Esse vestidinho aqui é da Juliana! O sapatinho foi a Helena que me deu! A minha casinha é montada com coisas que elas me deram! Pra não dizer que eu não comprei, eu acho que o fogão só, só o fogão”*.

Prestes a completar a idade para se aposentar, Telma relata que nos empregos em que trabalhou de doméstica, sua carteira está assinada como tal; nas escolinhas como servente e no condomínio como serviços gerais. Desse modo, ela pretende continuar fazendo diárias “só nas de fé”, mas também retornar seus estudos que foram interrompidos na quarta série do ensino fundamental e realizar um curso de costura e pintura.

Fotos 21, 22, 23 e 24: Telma, 2013 - Fotografia: Luísa Dantas

1.4 Marina: “Eu, me educaram, que eu tinha que servir eles! É a regra que eu aprendi! Como é que eu vou mudar?”

Com a mãe cozinheira em uma fazenda em Rosário do Sul, Marina foi doada para um casal de amigos dos patrões da mãe quando tinha apenas 2 anos. Em suas lembranças ela narra sua entrega: “*ele disse assim ó, ‘então, vamo fazer assim ó, semana que vem, antes do meu casamento, eu venho de novo na fazenda, e vou levar uns peru pra festa’.* Era 25 perus. *Ai, ele disse assim, ‘nesse período eu levo então a menina, se a senhora não se importa’*”. Desse modo, hoje com 61 anos, desde a tenra infância Marina convive com familiares desse primeiro casal; hoje, mora com uma das filhas do filho do primeiro casal, tendo criado seus filhos, portanto “servindo” a quarta geração da família.

É essa última geração, que segundo Marina, faz com que ela não tenha coragem de sair da casa e inclusive que dê o dinheiro da sua aposentadoria para a patroa e/ou irmã de criação, Laura. Sobre sua relação com ela, Marina salienta:

E continuo pagando, continuo pagando. Por isso que eu acho que eu tenho que sair! Até pra ela poder dar uma virada na vida dela! Porque se eu digo as coisas pra ela, ‘ah, mas tu não faz mais que a obrigação de me ajudar! Porque, afinal de contas, tu é minha irmã de criação!’; aí eu sou irmã de criação! O que que acontece, eu fico com pena da criatura não ter! Mas quando ela teve um dinheiro que ela ganhou, uma jóia lá que ela vendeu, que deu sete mil! Ela não me deu nada! Nem me ofereceu! Não me deu dez pila! Eu nunca cobre isso dela! Nunca disse isso na cara dela! Jamais vou dizer! Mas eu sei, eu senti isso. E quando eu ganhei, eu tive que pagar! (Marina, 30/01/2013).

Para que possamos compreender ainda melhor a trajetória de vida de Marina, ela foi criada pelo casal que a pediu para a mãe na cidade de Livramento, até os 10 anos. Com essa idade o filho do casal casou e ela mudou-se para o novo núcleo familiar; nesse período, observando outras funcionárias e/ou “crias” da casa, aprendeu a desenvolver com perfeição os afazeres domésticos, desse modo, alega que “*fui criada para servir*”. O casal teve três filhas e ao se separarem, Marina viajou com a esposa e as três filhas para estabelecerem-se em Porto Alegre, quando passou a levar as meninas ao colégio, alimentá-las e cuidar de todas as atividades domésticas da nova casa. Relembrando sobre esse tempo, ela constata: “*Tu sabe que, tu acredita que, contando ninguém acredita! Eu simplesmente esqueci que eu tinha que viver! Sabe o que é a*

pessoa esquecer de si? Só pensando nos outros! Fui eu! E o que que aconteceu? Eu não casei, não vi ninguém, não namorei, não sai, nada, sempre em volta deles!”.

Marina nunca recebeu salário por desempenhar tais atividades, apenas ganhando roupas e acompanhando as jovens em passeios. Após algumas dificuldades financeiras vividas pela patroa que também era sua madrinha, Marina passou a trabalhar em uma confeitaria próxima à moradia, quando sua carteira de trabalho foi assinada pela primeira vez. Posteriormente, ela trabalhou como cozinheira no hospital Ernesto Dornelles, mas cansada da dupla jornada de serviço, em casa e no hospital, resolveu pedir demissão.

A essa altura, ela já estava morando com Laura, a filha mais velha da madrinha, que ao casar-se e engravidar pediu que Marina a ajudasse no cuidado com o filho, depois vieram mais dois e Marina continua morando com eles, ela salienta: *“O ruim, o ruim assim, não tem nada ruim assim. A única coisa que eu acho assim que foi o ruim, eu não ter aprendido a ler corretamente, fazer uma profissão, entende? Enfim, porque a gente sem canudo, não é nada”*. O termo “nada” presente na fala de Maria, toma uma proporção ainda mais problemática quando ela explica que todas as suas irmãs biológicas foram doadas a família diferentes e que, portanto, elas não “existiram”.

Ao recorrer ao INSS, para calcular quanto faltava para a sua aposentadoria, Marina soube que precisaria pagar seis mil reais, mas como o núcleo familiar com quem mora e trabalha disse não possuir a quantia, ela esperou para se aposentar por idade. Atualmente, com Laura desempregada, Marina paga todas as suas contas, além de suprir a casa de alimentos. Ainda assim, ela faz todas as atividades domésticas de três apartamentos (o de Laura, do seu filho mais velho e do seu filho do meio) e é bastante cobrada:

Eu tô acordando 6h30, todos os dias. Ai, o que acontece, eu levanto, lavo os meus dente e tudo, vou fazer meu chimarrão! Ai, enquanto eu tô tomando o meu chimarrão, eu ligo o rádio, na Gaúcha, bem baixinho. Ai, eu boto a mesa do café, vou passar o café, vou buscar o jornal lá em baixo, levo os totó pra fazer xixi. Ai, vinte pras oito vem o João (filho mais velho) tomar café com a moça. Ai, eu deixo nos bules assim. Enquanto eles tão no café, eu vou no outro apartamento arrumar. Ai, eu arrumo as cama, limpo o banheiro, tiro a lixeirinha, torço alguma roupa que eu deixei na bacia, alguma coisa ensaboada. Nesse período eles tomaram café e já saíram. Ai, eu tiro a mesa, tiro a parte dos menino ali, do casal. E ai vem a Laura, mais tarde, que não tem horário pra tomar café, nem o marido (risos). Fica lá a mesa tapada com o guardanapo branco, esperando a vontade de tomar café. Ai, quando eu tô trabalhando no outro apartamento, ela grita! ‘Ai, eu vou tomar café!’. Eu, ‘mas tá em cima da mesa!’. ‘Ah, mas eu quero que tu prepare um sanduiche’. Lá, largo tudo, venho fazer o sanduiche. Eu digo, ‘mas tá em cima da mesa!’. ‘Ah, não! Vem fazer

pra mim!" (...) Mas sabe que a mãe dela, também, eu sempre botei as coisas na mão. Ela chega lá em casa, todos os dias de manhã, se eu não sirvo o café, ela não toma! Só diz assim, 'tô com fome Maria! Ai, tô louca pra tomar um café!'. O bule está na mesa! Tem que servir. Isso já é de geração em geração, né? (Marina, 30/01/2013).

Por isso, Marina diz que sabe que precisa descansar, trabalhar menos, mas não tem “coragem” de abandonar a família e, muito menos, de acionar qualquer tipo de direito trabalhista; narra que gostaria de alugar um apartamento e aprender a ler, “*ah, isso é o que eu mais tenho vontade! Eu sonho com esse dia!*”.

Fotos 25, 26 e 27: Marina, 2013 – Fotografia: Luísa Dantas

2. Refletindo sobre a problemática

As trajetórias sociais e de trabalho narradas acima de Maria (30 anos), Patrícia (28 anos), Telma (59 anos) e Marina (61 anos) representam diferentes configurações do trabalho e/ou serviço doméstico vivenciados na atualidade na cidade de Porto Alegre. A partir desses casos podemos refletir sobre inúmeros aspectos implicados nessa modalidade de trabalho e/ou arranjo familiar. Já que, no contexto de Porto Alegre e mesmo da sociedade brasileira em geral falar de trabalho e/ou serviço doméstico implica também na análise de diferentes arranjos familiares¹¹. Em se tratando dos casos desse trabalho, por exemplo, percebemos que Patrícia diz sentir-se como fazendo parte

¹¹ Ver em Wagley, 1977; Motta-Maués, 2006; Dantas, 2008, entre outros.

da família de Ruth e Marina sendo lembrada de que é “irmã de criação” de Laura, portanto com obrigação de a ajudar financeiramente.

Além disso, aspectos recentemente aprovados pela PEC 66/2012 também podem ser discutidos e problematizados através das narrativas dessas mulheres, pois, pelo menos quando Maria morava com a sua patroa ou quando Telma nos diz que sua diária começa às 8h e termina às 17h, essas práticas estão em desacordo com a jornada de 44 horas mensais e 8 horas diárias previstas na lei.

Contudo, como falar a partir de uma linguagem jurídica de práticas “tradicionais” e envoltas à esfera afetiva e privada do lar que, muitas vezes, não estão em acordo? Essa é uma grande dificuldade para tratarmos da fiscalização, valorização e regulamentação do serviço doméstico. Comumente, ainda que esse trabalho seja remunerado, as mulheres que o desempenham não se reconhecem como empregadas domésticas e preferem não incluírem-se na categoria juridicamente e, principalmente, socialmente. Isso pode ter relação com a vivência histórica e o imaginário social de desvalorização do trabalho doméstico (Pereira, 2012), mas também por elas não vivenciarem relações racionalistas e impessoais, típicas do trabalhador urbano.

Como poderemos sair desse impasse e elaborar argumentos cabíveis levando em consideração que o serviço doméstico é remunerado, diferente do trabalho doméstico que pode ser desenvolvido nas próprias residências (Chaney e Castro, 1993), quando na maioria dos casos essas mulheres desempenham as duas modalidades e, ainda, interpretam o trabalho doméstico desempenhado nas casas das “madrinhas” e/ou “irmãs de criação” como uma *ajuda*; quando moram na casa, *como se fosse* nas suas casas, ainda que recebam algum tipo de remuneração?

Além disso, como pudemos visualizar, todas elas poderiam ser enquadradas na categoria de “empregadas polivalentes” (Fraga, 2013), pois se não desempenham toda e qualquer atividade doméstica, em suas trajetórias, dependendo do período em questão, atuam como babás, copeiras, acompanhantes e diaristas. No entanto, como no caso de Patrícia, aos finais de semana é acompanhante, às sextas-feiras é diarista realizando apenas faxina e nos outros dias realiza todas as atividades domésticas na casa da “segunda mãe” e é remunerada por isso. Desse modo, como poderíamos identificá-la em apenas uma modalidade de trabalho diferenciada das outras? Ainda que na contemporaneidade sejam discutidas possibilidades de remuneração à “economia dos cuidados” (Zelizer, 2009), no Brasil práticas monetárias ainda são percebidas enquanto

“contaminando” relações afetivas, o que faz com que muitas mulheres não formalizem o vínculo contratual com seus patrões, colocando a *confiança recíproca* como o princípio de suas relações.

A informalidade do trabalho doméstico remunerado também pode ser pensada de forma aproximativa à suposta autonomia defendida pelas mulheres que decidem trabalhar como “diaristas” ao invés de “mensalistas”, pois as relações afetivas, como a dinamização da atividade são percebidas por essas mulheres como uma maior flexibilização do trabalho (Brites, 2000).

Para finalizar, sem a intenção de por fim à multiplicidade de aspectos envolvidos em tal problemática, mas com a intenção de ampliar as discussões com os dados etnográficos em questão, percebemos que nas narrativas das quatro mulheres não há alguma aproximação com o Sindicato dos Empregados Domésticos em Porto Alegre: Maria relatou que apenas soube as recentes mudanças da regulamentação do trabalho doméstico através de noticiários na televisão, Patrícia disse que nunca precisou recorrer ao sindicato, já que a casa de Ruth seria uma *família* e não um *emprego*, Telma sempre resolveu qualquer conflito no momento em que viveu através da *conversa* e Marina salienta não ter *coragem* de recorrer aos seus direitos ainda que *sonhe* em ter uma casa própria. Por isso, mais uma vez reforçando a ambiguidade e particularidade desse trabalho, o sindicato ainda se coloca como um espaço estranho às tramas de muitas domésticas, “*o trabalho é realizado em casa, portanto é lá mesmo que se resolve*”.

Referências

- ALMADA, Paulo Daniel Souza. A infância desvalida: menores do Pará entre a Lei do Ventre Livre e a abolição. Monografia de conclusão do Curso de História. UFPA, 1987, Belém.
- ARIES, Philippe. História social da criança e da família. SP. Zahar, 1981.
- BONIS, Gabriel; MARTINS, Rodrigo; VIEIRA, Willian. Os Serviços do Brasil. Carta Capital. São Paulo, Ano XVIII, n 732, 42-47, 23 de Janeiro de 2013.
- BOTT, Elizabeth. “Metodologia e técnicas de campo”. In: _____. Família e rede social. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p 31-69.
- BRITES, Jurema. Afeto, Desigualdade e Rebeldia – bastidores do serviço doméstico. 239 p. Tese de Doutorado em Antropologia Social. UFRGS, 2000, Porto Alegre.
- CALDAS, Luciana Tubello. “Onde se mora não se trabalha. Estudo Etnográfico de itinerários urbanos, formas de sociabilidade e trabalho de moradores de Alvorada/RS que trabalham em

Porto Alegre/RS”. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. UFRGS, Porto Alegre, 2012.

CARSTEN, Janet. Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1994.

CHANEY, E.; CASTRO, M. G. (Orgs). *Muchacha, Cachifa, Criada, Empleada, Emplegadina, Sirvienta y ... Mäs Nada. Trabajadoras del Hogar en America Latina*. 1 ed. Caracas – Venezuela: Editorial Nueva Sociedad, 1993.

CORBIN, Alain. A Relação íntima ou os prazeres da troca. In: ARIËS, Philippe e DUBY, Georges (org.). História da Vida Privada – 4. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p.503-60.

CUNHA, Maria Olívia G. da; Gomes, Flávio dos Santos. Quase cidadão: histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DANTAS, Luísa. “Pais” ou “Patrões”? Um estudo sobre “crias de família” na Amazônia. Trabalho de Conclusão de Curso, 2008, Belém.

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo, Ed. Martin Claret, 2002.

ECKERT, Cornelia. “Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica”. In: Revista Humanas. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, n° 19, Porto Alegre: 1998.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. O tempo e a cidade. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2005. 197 p.

_____. Apresentação. In: Iluminuras. Antropologia com redes sociais: a consolidação de um método nos estudos etnográficos. v. 12, n. 27, 2011.

FRAGA, Alexandre Barbosa. De empregada a Diarista. As Novas Configurações do Trabalho Doméstico Remunerado. Editora Multifoco, 2013. 206 p.

FONSECA, Claudia. Transpolinização entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia. REVISTA ILHA, Florianópolis, v.5, n.2, janeiro de 2004, p. 05-31.

FOOTE WHYTE, W. Cornerville e sua gente. In: Sociedade de esquina. RJ, Zahar, 2006.

FRY, Peter. Nas redes antropológicas da Escola de Manchester: reminiscências de um trajeto intelectual. In: Antropologia com redes sociais: a consolidação de um método nos estudos etnográficos. Iluminuras. v. 12, n. 27, 2011.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

KLEINMAN, Arthur; KLEINMAN, Joan. Suffering and its Professional Transformation: Toward an Ethnography of Interpersonal Experience. Culture, Medicine and Psychiatry, v. 15, n.3, p. 275-301, 1991.

KLEINMAN, Arthur. Introduction. In: KEINMAN, Arthur. What really matters: living a moral life amidst uncertainty and danger. Oxford, Oxford University Press, 2006.

- LEINAWEAVER, Jessaca B. Desplazando Niños: Las implicaciones sociales de la circulación infantil en los Andes. Tradução de Jessica Herrera. CEPAL - Serie Seminarios y conferencias, no 52, Santiago de Chile, abril de 2008.
- LOMNITZ, Larissa. El compadrazgo, reciprocidade de favores en la classe media urbana de Chile. In: Redes sociales, cultura y poder. Ensayos de Antropologia Latino Americana. México. Flacso, 2001.
- MAFFESOLI, Michel. No Fundo das Aparências. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996, 350 p.
- MARCUS, George. "Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography". Annual Review of Anthropology, Palo Alto, California, vol.24, 1995.
- MOTTA-MAUES, Maria Angelica. "MODOS E MODAS DE FAMÍLIA: CONFIGURAÇÕES, CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOÇÃO". Projeto de Pesquisa. Belém: UFPA, 2006.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. O Filho da Escrava. Revista brasileira de história, São Paulo, v.8. nº16, 1988.
- PARK, Robert Ezra. "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano". In: O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- PEREIRA, Virgínia Areias. "Herança Escravocrata e Trabalho Doméstico Remunerado" – Rupturas e Permanências. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. UFPE, 2012, Recife.
- POESCHL, Gabrielle. Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e ideais. In: Análise Social. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. 35, n 156, 2000, p. 695-719.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Família, mulheres e povoamento – São Paulo, século XVII. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- SCOTT, James. Weapons of the Near. Everyday forms of peasant resistance. Newtaven: Yale University Press, 1985.
- SENNETT, Richard. Autoridade. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (org.). O fenômeno urbano. RJ, Zahar, 1979.
- _____. Questões Fundamentais da sociologia. RJ, Jorge Zahar, 2006.
- SCHUCH, Patrice. Práticas de justiça – Antropologia dos modos de governo da infância e da juventude no contexto pós-ECA. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009, 296 p.
- SCHUTZ, Alfred. Fenomenologia e relações sociais. Textos escolhidos de Alfred Schutz. In: WAGNER, Helmut R. (org. e introdução). RJ, Zahar, 1979.
- STRATHERN, Marilyn. Enterprising kinship? consumer choice and the new reproductive technologies. In: Reproducing the future: anthropology, kinship and the new reproductive technologies. New York: Routledge, 1992.

TURNER, Victor W. O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura: tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis, Vozes, 1974. 245p.

VELHO, Gilberto. Projeto e Metamorfose. Antropologia das Sociedades Complexas. RJ, Zahar, 1994.

WAGLEY, Charles. Uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos. São Paulo: Nacional (Brasília, 290), [1956] 1977.

ZELIZER, Viviana. Dualidades Perigosas. In: **Mana** 15 (1), 2009, 237-256.

Recebido em: 29/07/2013

Aprovado em: 02/08/2013